

Munição: o combustível dos conflitos

15 de junho de 2006

Introdução

Milhares de pessoas são mortas a cada ano devido ao uso inadequado das Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves (APPAL), em violação às leis humanitárias internacionais e às leis de direitos humanos. A munição das armas de pequeno porte é o combustível que mantém acesos vários dos conflitos ao redor do mundo. Embora as armas de pequeno porte em si não causem os conflitos, elas os tornam muito mais mortais e a falta de balas pode reduzir ou até mesmo acabar totalmente com os conflitos. Na República Africana Central, são relatados casos de combatentes que jogam fora suas armas por não poderem comprar as balas adequadas para elas.¹ Devido ao recente conflito na Somália, o preço de uma única bala alcançou o recorde de \$1.50.

A produção de munição é um negócio global. Sabe-se que pelo menos 76 Estados produzem industrialmente munição para armas de pequeno porte e o número está crescendo à medida em que mais Estados adquirem equipamentos para a produção. Quênia e Turquia tornaram-se produtores nos últimos dez anos. A produção global anual de munição militar para armas de pequeno porte é estimada agora entre 10 e 14 bilhões de cartuchos - 33 milhões de cartuchos por dia.

Além disto, sabe-se que existem vastas reservas de munição, particularmente na Europa Oriental. Milhares de cartuchos têm sido fornecidos a partir destas reservas para zonas de conflito, por meio de uma rede global de traficantes e comerciantes de armas. Os dados da ONU mostram que Ucrânia e Bielorrússia sozinhos podem ter estoques de até três milhões de toneladas em munição excedente. Embora os Estados tenham o direito de adquirir munição para sua legítima defesa e cumprimento da lei de acordo com os padrões internacionais, as transferências irresponsáveis de munição podem ter um grande impacto sobre as pessoas e suas comunidades.

Apesar do papel crucial que a munição possui no alastramento dos conflitos, os controles internacionais sobre seu comércio são inadequados, frequentemente muito mais frágeis do que aqueles aplicados a outras categorias de armas. Os números

mostram que os dados de exportação das 10 a 14 bilhões de balas produzidas todo ano só existem para apenas 17 por cento do total, deixando de fora cerca de até 10 bilhões de cartuchos para os quais não existem dados confiáveis.

No dia 26 de junho, inicia-se a Conferência de Revisão da ONU sobre o Comércio Ilegal de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves em Nova York. Nessa conferência, os governos devem adotar um novo conjunto global de regras e padrões para a transferência de armas de pequeno porte e munição. Em outubro de 2006, na Assembléia Geral da ONU, os governos devem definir a negociação de um novo Tratado sobre Comércio de Armas internacional (ATT) para regular a transferência de todas as armas convencionais, inclusive munição.

Quais são os tipos de munição mais comuns nos conflitos armados?

Entre os calibres mais utilizados em conflitos armados estão a munição de 5.56mm, 7.62mm e 12.7mm para fuzis de assalto e metralhadoras leves e pesadas, assim como munições de 9mm para submetralhadoras e pistolas automáticas.² Dois calibres-chave de munição comumente encontrados em zonas de conflito em todo o globo são o 7.62 x 39mm, que é utilizado na AK-47 e fuzis de assalto derivados de AK, e o cartucho padrão da OTAN de 7.62 x 51mm, que é utilizado em G3 e armas de FN FAL.

Quem fabrica munição?

A produção de munição para armas de pequeno porte e armamentos leves ocorre em todas as regiões do mundo. Sabe-se que pelo menos 76 países fabricam industrialmente munição de armas de pequeno porte para forças militares, de segurança e de polícia, assim como para mercados civis.³ Estima-se que a produção global anual de munição para armas de pequeno porte de especificação militar é de cerca de 10-14 bilhões de cartuchos, o que equivale a cerca de 27-38 milhões de cartuchos por dia.⁴ É possível que a produção global exceda esses números porque nem todas as fábricas que produzem munições foram incluídas nesses dados e diversos produtores aumentaram significativamente sua produção nos últimos três anos para atender ao aumento de demanda dos conflitos no Afeganistão e Iraque. O governo dos EUA, por exemplo, recentemente procurou adquirir estoques de 78 milhões de cartuchos de munição de estilo soviético para equipar o Afeganistão (veja também abaixo).⁵ Com base nos cálculos do Levantamento de Armas de Pequeno Porte, o valor anual da produção de munição de armas de pequeno porte de calibre militar é estimado aproximadamente entre \$2-3 bilhões por ano.⁶

Uma proporção significativa dos produtores de munição (39 por cento) está localizada nas Américas.⁷ Um dos maiores produtores de munição militar é a Fábrica de Munição de Armas de Lake City nos EUA. Em 2005, a fábrica alcançou uma produção recorde de 1.3 bilhão de cartuchos. Para atender ao aumento de demanda, a produção foi quadruplicada nos últimos quatro anos.⁸ Outros produtores da região estão localizados na Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, México e Venezuela.⁹

Trinta e seis por cento dos Estados produtores de munição de armas de pequeno porte estão localizados na Europa e Comunidade Britânica de Estados Independentes.¹⁰ Eles incluem a Armênia, Áustria, Bélgica, Bulgária, República Tcheca, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Itália, Países Baixos, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia,

Federação Russa, sérvia e Montenegro, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Turquia.¹¹

Produtores importantes de munição também se localizam fora da UE e EUA, demonstrando a natureza global da produção de munição. Entre os Estados produtores de armas de pequeno porte na Ásia e região do Pacífico estão a Austrália, China, Índia, Indonésia, Irã, Paquistão, Filipinas, Cingapura e Coréia do Sul.¹² Países produtores de munição conhecidos no Oriente Médio e África subsaariana incluem Burkina Faso, Camarões, Egito, Israel, Quênia, Namíbia, Nigéria, África do Sul, Sudão, Uganda, Emirados Árabes Unidos (EAU), Tanzânia e Zimbábue.¹³ O principal produtor de Israel, Indústrias Militares de Israel, é capaz de produzir 1.25 milhão de cartuchos por dia ou aproximadamente 500 milhões de balas por ano.¹⁴

Muitos países em desenvolvimento estabeleceram sua capacidade de produção de munição nas décadas de 1960 e 70 através da importação de equipamentos de produção de fornecedores há muito tempo estabelecidos na França, Alemanha e China. A Bélgica e os EUA¹⁵ também fornecem equipamentos, assim como o Irã, Paquistão e Índia.¹⁶ O Quênia importou equipamentos de produção da Bélgica no final da década de 1990 para estabelecer a fábrica de munição de Eldoret, que possui uma produção anual estimada em 20 milhões de munição de pequeno porte.¹⁷ A Turquia assinou um contrato em 2000 para o estabelecimento de uma fábrica de produção doméstica com fornecedores da Alemanha, França e Bélgica,¹⁸ e posteriormente estabeleceu-se como um importante exportador de munição.

Quem compra, quem vende?

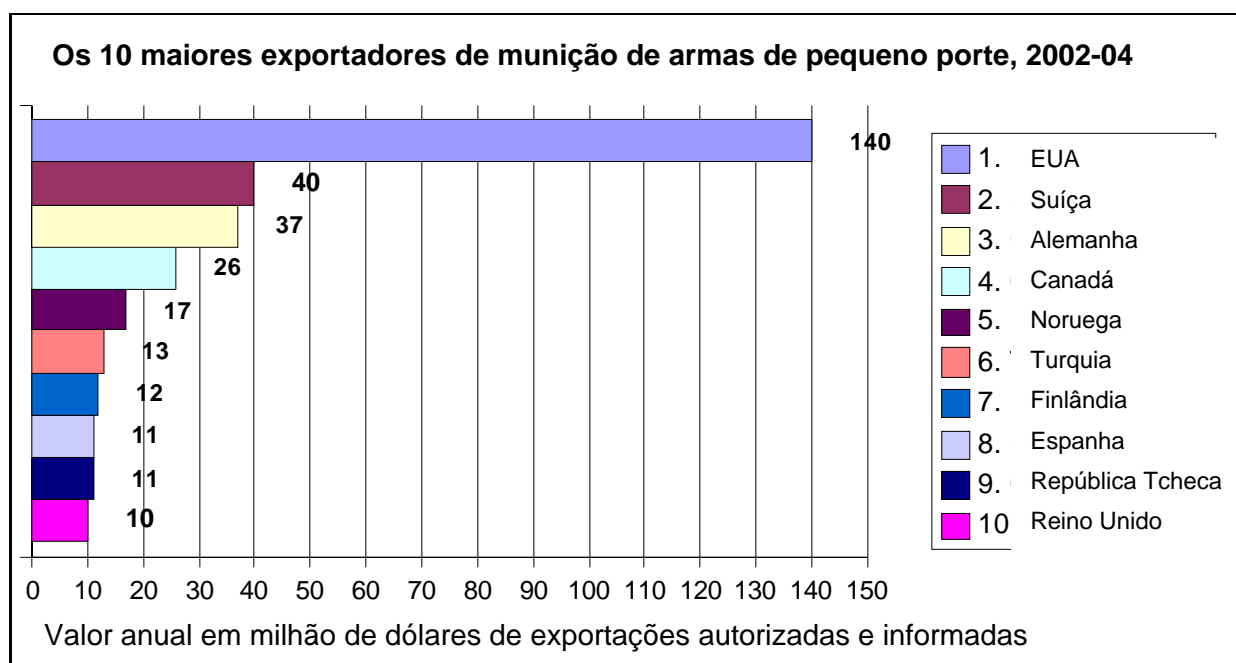
Os dados sobre exportação de munição de armas de pequeno porte são extremamente limitados e permitem obter apenas um quadro incompleto do comércio global.¹⁹ Informações têm sido fornecidas por 107 Estados sobre suas exportações de munição de armas de pequeno porte em pelo menos um ano durante 2002–2004. No total, os Estados reportaram exportações de munição para armas de pequeno porte neste período no valor de pelo menos \$370 milhões por ano. Isso inclui transferências de cartuchos de espingarda, granadas e munição para armas leves, de forma que o valor real das transferências autorizadas de todos os tipos de munição de APPAL é muito mais alto. Esses dados de comércio representam apenas cerca de 17 por cento da capacidade de produção global estimada, o que torna as informações disponíveis internacionalmente não confiáveis sobre o uso ou transferência em potencial de até 110 bilhões de cartuchos de munição produzidos a cada ano, embora supõe-se que uma proporção significativa será produzida para fins militares nacionais.

Além disto, muitos produtores importantes de munição não reportaram nada. Não existem, por exemplo, dados disponíveis para 2002–2004 sobre exportações de munição de armas de pequeno porte além dos cartuchos de espingarda por parte do Brasil, Bulgária, China, Egito, Irã, Romênia ou Israel. Alguns desses países são conhecidos por ter uma significativa capacidade produtiva de munição e alguns exportaram munição de armas de pequeno porte no passado, inclusive para zonas de conflito na África e em outros lugares. Desta forma, os dados disponíveis sobre exportações são uma estimativa muito limitada da verdadeira dimensão das transferências de munição de armas de pequeno porte.

Ainda assim, os dados que estão disponíveis sobre o comércio global de munição de armas de pequeno porte, excluindo os cartuchos de espingarda, indicam que o comércio é dominado pelos EUA. Em 2002–2004, a média anual de exportações e

importações autorizadas dos EUA totalizaram \$140 milhões e \$93 milhões respectivamente (veja o Gráfico 1). A Europa foi a maior destinatária das exportações norte-americanas, com 33 por cento. As exportações para o Oriente Médio e Ásia representaram 26 e 24 por cento respectivamente. As Américas receberam 17 por cento das exportações norte-americanas e a África subsaariana recebeu menos de 0,5 por cento.²⁰ Outros grandes atores do comércio são o Canadá, Alemanha, Coreia do Sul e Suíça. A média de suas exportações e/ou importações autorizadas e informadas em 2002–2004 variou entre \$20–40 milhões por ano. Atores médios com exportações e / ou importações informadas entre \$2–19 milhões por ano incluem a Austrália, Áustria, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Canadá, República Tcheca, Finlândia, França, Itália, Japão, México, Noruega, Filipinas, Polónia, Rússia, Sérvia, Eslováquia, Coreia do Sul, Espanha, Suíça, Turquia e Reino Unido. A maioria dos países restantes em todas as regiões do mundo são exportadores e importadores com transferências anuais autorizadas e informadas no valor de \$1 milhão ou menos.

Gráfico 1



Fonte: banco de dados da NISAT (os valores excluem o comércio de cartuchos de espingarda)

Quem comercializa com quem?

A maior parte do comércio global de munição ocorre dentro do hemisfério ocidental ou entre países ocidentais e aliados da Ásia e Oriente Médio. Tem havido uma crescente competição no comércio de munição desde a década de 1990 devido à participação mais ativa de países da Europa Central e da Comunidade Britânica de Estados Independentes.²¹ Embora menos significativa em termos financeiros gerais, existe também um comércio ativo entre países industrializados e em desenvolvimento. Por exemplo: as exportações informadas de munição de armas de pequeno porte para a África subsaariana em 2002–2004 totalizaram apenas \$4 milhões por ano, ou cerca de 1 por cento das exportações globais. Ao mesmo tempo, esse comércio envolveu mais de 20 países exportadores na Europa, América do Norte e sudeste da Ásia e 30 países importadores. Grandes exportadores incluem a Espanha, França, EUA, Itália e China.

Grandes importadores incluem Gana, África do Sul e a República do Congo (veja a Tabela 1). Devemos observar que fornecimentos recentes e muito significativos de munição para a África subsaariana não têm sido informados, graças em grande parte à natureza ilícita das transferências ou às destinações envolvidas, que incluem países sob embargo de armas da ONU ou outros embargos de armas multilaterais. A partir de uma análise de diversos exemplos de estudos de caso observados nos relatórios de Sanções da ONU e em outros locais, sabe-se que milhões de cartuchos têm sido exportados para propagar os conflitos no norte da Uganda, República Democrática do Congo (DRC), Costa do Marfim, Libéria, Serra Leoa e Somália, mas esses fornecimentos não são informados pelo país importador nem pelo país exportador.²²

Existe também um comércio ativo entre países em desenvolvimento, com diversos países cada vez mais envolvidos, especialmente em mercados de munição regionais. As Filipinas, por exemplo, relataram exportações no valor de \$3 milhões por ano em 2002-2004 para a Austrália, Bolívia, Camboja, Chile, República Tcheca, Equador, França, Guatemala, Honduras, Indonésia, Itália, Nova Zelândia, Noruega, Panamá, Paraguai, Cingapura, África do Sul, Suíça, Taiwan, Tailândia, EUA, Venezuela e Iêmen. A própria África do Sul exportou munições de armas de pequeno porte no valor de \$128.000 por ano em 2002-2004 para a Costa do Marfim, Quênia, Malauí, Namíbia, Níger, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.²³ O Zimbábue também exportou munição de armas de pequeno porte durante este período para a Botsuana, Malauí e África do Sul. Tais fluxos comerciais dentro e entre o mundo desenvolvido e em desenvolvimento destacam a natureza verdadeiramente global do comércio atual de munição de armas de pequeno porte.

Tabela 1: Os 10 maiores exportadores para a África Subsaariana e importadores da África Subsaariana, 2002-2004

Valor médio anual em US\$ das exportações autorizadas e informadas para a África Subsaariana – observe, por favor, a seção acima sobre a ausência de informações sobre as munições fornecidas a zonas-chave de conflito na região.

Os 10 maiores Exportadores			Os 10 maiores Importadores		
Posição	País exportador	Média Anual	Posição	País Importador	Média Anual
1.	Espanha	1,500,000	1.	Gana	1,300,000
2.	França	840,000	2.	África do Sul	910,000
3.	EUA	550,000	3.	Congo (República do)	396,000
4.	Itália	430,000	4.	Uganda	300,000
5.	China	320,000	5.	Guiné	150,000
6.	Croácia	190,000	6.	Namíbia	130,000
7.	Eslováquia	150,000	7.	Burkina Faso	67,000
8.	Áustria	115,000	8.	Guiné-Bissau	60,000
9.	República Tcheca	90,000	9.	Tanzânia	37,000
10.	Suíça	90,000	10.	Senegal	36,000

Fonte: Banco de dados da NISAT (os valores excluem o comércio de cartuchos de espingarda)²⁴

O que é mantido nos estoques militares?

A munição de armas de pequeno porte pode durar até 20 anos ou até mais se for adequadamente armazenada, embora seu desempenho balístico provavelmente declinará conforme o propulsor se degrade.²⁵ Estoques significativos de munição podem acumular-se caso a munição não utilizada não seja descartada. Os estoques podem conter munição que excedam as necessidades das forças de segurança. Existe pouca informação sobre o tamanho de estoques nacionais porque os países freqüentemente mostram-se relutantes em revelar informações sobre seu nível de preparo para enfrentar um conflito armado. Acredita-se que milhares de toneladas de munição excedente obtidos com a Guerra Fria são mantidos na Albânia, Bielorrússia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Cazaquistão, Rússia, Ucrânia e Uzbequistão.²⁶ O escritório da ONU responsável no sudeste da Europa estimou os estoques excedentes de munição de apenas dez países da região, conforme a seguir:²⁷

Albânia	140.000 toneladas
Bielorrússia	1.000.000 toneladas
Bósnia-Herzegovina	32.000 toneladas
Bulgária	153.000 toneladas
Croácia	40.000 toneladas
FRY Macedônia	10.000 toneladas
Moldávia	20.000 toneladas
Romênia	100.000 toneladas
sérvia e Montenegro	100.000 toneladas
Ucrânia	2.000.000 toneladas
Total:	3.595.000 toneladas

Embora cerca de 80 por cento dessa munição excedente sejam provavelmente obuses de artilharia de maior calibre e outras artilharias, no mínimo isso significa que esses dez países sozinhos possuem estoques de milhões de cartuchos de munição de armas de pequeno porte.

Sabe-se que muitos desses países têm exportado milhões de cartuchos de munição a partir desses estoques excedentes. Nos últimos dois anos, por exemplo, pelo menos 23 milhões de cartuchos foram fornecidos ao Iraque a partir de estoques excedentes da Bósnia.²⁸ Registros da Albânia revelam que, desde 1993, quase 124 milhões de cartuchos de munição foram exportados desde estoques albaneses para países como Afeganistão, Azerbaijão, República Democrática do Congo, Indonésia, Ruanda, Sudão e Turquia, assim como para comerciantes e negociadores privados localizados nos EUA, Reino Unido, Israel e Ilhas Virgens Britânicas.²⁹ Tipicamente, a Albânia vende sua munição excedente por \$0.05 por cartucho (média baseada num cartucho de 7.62mm). Pelo menos em um caso os comerciantes de armas venderam em seguida essa munição para zonas de guerra por aproximadamente \$0.26 por cartucho, com uma margem de lucro de cerca de 550 por cento,³⁰ sugerindo que os estoques excedentes podem constituir-se uma fonte extremamente lucrativa de munição barata para o tráfico de armas e redes de comércio ilegais. Os estoques de munição excedentes também existem em outras regiões do mundo e milhares de toneladas ou mais já estão em circulação ilegal e são mantidos por grupos armados e outros usuários finais perigosos.

Quadro 1: O saque dos estoques na Albânia, 1997

Os distúrbios civis na Albânia no início de 1997 foram acompanhados de saques e pilhagens generalizados dos depósitos de armas e munição das forças armadas e, segundo informações, isto aconteceu em alguns casos com a participação ativa de oficiais e soldados encarregados de proteger os depósitos. Inicialmente estima-se que 1.200 depósitos militares foram destruídos e “cerca de 652.000 armas, 1,5 bilhão de cartuchos de munição, 3,5 milhões de granadas de mão, 3.600 toneladas de dispositivos explosivos e 1 milhão de minas” foram saqueados.³¹ Os saques também ocorreram nos depósitos da polícia. Mais de 1.300 pessoas foram mortas em tiroteios e mais de 1.400 ficaram feridas durante março e setembro de 1997.³² Acredita-se que as armas de pequeno porte e munição saqueadas foram destinadas à violência armada no vizinho Kosovo e têm contribuído para o crime organizado internacional.

De onde vem a munição ilegal dos conflitos?

Aqueles que fazem uso inadequado de munição podem obtê-la através de diversas fontes (veja o Quadro 2 para um exemplo). Tal munição pode originar-se em mercados domésticos legais. Uma outra fonte podem ser as exportações irresponsáveis dos Estados, o que inclui controles ineficientes ou inadequados sobre indivíduos ou companhias operando dentro das jurisdições dos estados, promovendo desvios de munição do comércio legal para sustentar fluxos de munição ilícitos (veja o Quadro 4).

Quadro 2: Leonid Minin

O famoso comerciante de armas ucraniano, Leonid Minin, tem sido citado em vários relatórios da ONU sobre fornecimento de armas à Libéria e Serra Leoa.³³ Documentos revelam que aqueles fornecimentos incluíram milhões de cartuchos de munição dos estoques excedentes da Ucrânia. Tal como documentado pelo Painel de Especialistas da ONU em março de 1999, 68 toneladas de armas ucranianas foram enviadas a Burkina Faso usando-se certificados falsos de usuário final (EUCs), operados por uma companhia britânica, a Air Foyle, sob um contrato firmado por uma companhia registrada em Gibraltar. As armas foram embarcadas para a Libéria em uma aeronave pertencente a Minin, registrada nas Ilhas Cayman e operada por uma companhia registrada em Mônaco. As armas foram então transportadas da Libéria para Serra Leoa. As 68 toneladas incluíam mais de 1 milhão de cartuchos de munição calibre 7.62.³⁴ Em agosto de 2000, Minin foi preso na Itália e em junho de 2001 foi acusado de tráfico de armas e posse ilegal de diamantes. Ele foi encontrado com contratos, fax documentando acordos de armas, catálogos de armas e EUCs forjados. Esses documentos incluíam detalhes de um outro embarque de 113 toneladas de armas utilizando EUCs da Costa do Marfim e acredita-se que o destino delas seja a Libéria. Esses documentos especificaram quase 13 milhões de cartuchos de munição de armas de pequeno porte.³⁵ Minin foi mais tarde solto com base no argumento de que a acusação não tinha jurisdição sobre as atividades de tráfico de armas de Minin porque as transferências de armas não passaram pela Itália.

Quadro 3: Mercado negro de Bagdá

Os casos de mortes violentas estão aumentando drasticamente em Bagdá. No dia 6 de junho, o Ministério da Saúde do Iraque confirmou que o número de corpos recebidos pelo principal mortuário de Bagdá tem aumentado todo mês neste ano. Ele também confirmou que a maioria das 6.000 pessoas cujos corpos foram recebidos entre janeiro e maio de 2006 morreu violentamente.³⁶ Seqüestros e assassinatos têm se tornado algo comum na capital iraquiana. No dia 5 de junho, homens armados seqüestraram pelo menos 50 pessoas em um incidente em Bagdá.³⁷

A ONG “Doctors for Iraq” (Médicos para o Iraque) relata que tem observado um significativo aumento no número de pacientes feridos com bala. Ela afirma que normalmente as vítimas são homens com idade entre 18 e 45 anos e a maioria é morta ou ferida por armas

automáticas disparadas a uma curta distância. O Ministério da Saúde iraquiano acredita que 61 médicos foram assassinados desde 2003.³⁸

Esse terrível número de mortes é propiciado pela fácil disponibilidade de armas de pequeno porte e munição. Quando o regime de Saddam Hussein foi derrubado em 2003, estima-se que no Iraque haviam cerca de 20 milhões de armas. Desde então, acredita-se que outros milhões de armas tenham entrado no país.³⁹ Até agora, tem havido poucas informações disponíveis sobre as origens da munição que está causando miséria para as pessoas comuns em Bagdá.

Uma pesquisa conduzida para a Oxfam pela “Doctors for Iraq” em maio de 2006 sobre as origens da munição disponível no mercado negro em Bagdá descobriu munição para pistolas semi-automáticas 9mm e 7.62 x 39mm de fuzis de assalto de AK que originou-se de fábricas localizadas na China, Bulgária, República Tcheca, Hungria, Romênia, Rússia e sérvia, assim como balas produzidas no Iraque antes do conflito atual ocorrer.

As balas inspecionadas eram de dois mercados de Bagdá, um da Cidade de Sadar (nordeste de Bagdá) e o outro de Kamalia (sudeste de Bagdá). A munição também foi inspecionada a partir de cinco locais diferentes de Bagdá, junto a indivíduos portando armas que forneceram amostras de munição aos pesquisadores.

Embora parte das munições tenha sido fabricada há mais de 20 anos atrás, muitas das balas eram novas e estavam em boa condição, com datas de produção marcando desde 1999 até 2004.⁴⁰ Isso sugere que a munição recentemente importada esteja se tornando algo generalizado no mercado negro de Bagdá. Isso contrasta marcadamente com os dias iniciais do conflito atual quando, acredita-se, a munição era amplamente fornecida a partir dos estoques iraquianos existentes.⁴¹

Exemplos de munição nova inspecionada pelos pesquisadores incluem:⁴²

- 1999 – 7.62 x 39mm cartucho fabricado pela companhia sérvia Prvi Partisan Plant, Uzice⁴³
- 2002 – 7.62 x 39mm cartucho fabricado na Rússia⁴⁴
- 2002 – 9 x 19mm cartucho fabricado na Romênia, fábrica desconhecida⁴⁵
- 2004 – 9 x 19mm cartucho fabricado pela companhia tcheca Sellior and Bellot

Os frágeis controles de transferência e pouca transparência tornam impossível verificar exatamente como essas balas recentemente fabricadas fizeram o percurso desde o fabricante até o Iraque. Mas existem duas explicações possíveis: ou elas foram contrabandeadas para dentro do Iraque a partir de países vizinhos ou elas foram desviadas dos grandes estoques importados pelas forças de coalizão para equipar as novas forças de segurança iraquiana. Ambos cenários são prováveis.

Milhões de cartuchos de munição, por exemplo, foram fornecidos pela Sérvia e Bósnia nos últimos dois anos em contratos organizados em nome do Departamento de Estado dos EUA. Uma companhia aérea disse que tem feito mais de 60 vôos de armas e munição para o Iraque nesse período.⁴⁶ É possível, portanto, que a bala de origem sérvia fez o seu percurso para o mercado negro iraquiano através dessa rota.

De qualquer maneira, os frágeis controles do comércio de munição global e a fraca segurança de estoques faz com que a munição nova e de alta qualidade esteja à venda no mercado negro de Bagdá, acessível a indivíduos e milícias, exacerbando a insegurança em todo o país e contribuindo para a crise humanitária no Iraque.

O custo das balas AK 47 (munição de 7.62 x 39mm do tipo soviético) inspecionado pelos pesquisadores variou de 250–600 Dinar Iraquiano (ID), ou \$0.15–0.45, dependendo do fabricante e da idade da bala. A “Doctors for Iraq” observou que as vítimas de violência armada em Bagdá são normalmente mortas por 4 a 12 balas. Isso significa que, na média, o preço de tirar uma vida humana no Iraque é agora de \$2.40.

O levantamento sobre Armas de Pequeno Porte relata que uma das principais razões das armas e munições serem tão facilmente disponíveis no Iraque foi o fracasso das forças de coalizão em proteger os estoques iraquianos nos primeiros dias do conflito. A dispersão inicial das forças de coalizão do exército iraquiano tem também tornado mais difícil controlar a disponibilidade de armas e munição no Iraque.⁴⁷

Durante a última década, uma amostra dos relatórios do Painel de Especialistas da ONU sobre destinos embargados na África mostra que companhias e indivíduos baseados nos países a seguir têm promovido o fornecimento de armas e munição para usuários finais ilícitos. A lista inclui países com fabricação, exportação, importação, trânsito, desvio e registro de companhia envolvidos nessas negociações. Esta não é de maneira nenhuma uma lista exaustiva mas mostra a natureza global e internacional de redes de tráfico:

Albânia, Bélgica, Ilhas Virgens Britânicas, Bulgária, Burkina Faso, Burundi, Ilhas Cayman, Chipre, Egito, Gibraltar, Guiné, Israel, Libéria, Líbia, Moldávia, Nigéria, Romênia, Rússia, Ruanda, Sérvia, África do Sul, Costa do Marfim, Togo, Uganda, Ucrânia, Emirados Árabes Unido, Reino Unido e Zimbábue.⁴⁸

Uma companhia sérvia, por exemplo, entregou aproximadamente 5 milhões de cartuchos de munição à Libéria em meados de 2002, em violação a um embargo da ONU.⁴⁹ Essa quantidade é aproximadamente igual à necessidade anual de munição de 10.000 combatentes armados.⁵⁰

Um grupo armado também pode receber munição através do suporte oculto de um Estado, ou elementos de um Estado, patrocinando as atividades de grupo por razões políticas ou financeiras. Esses patrocinadores podem ter um papel importante porque seu suporte pode significar que grupos armados podem sustentar suas atividades independentemente do comércio internacional de munição. Diversos Estados na Região dos Grandes Lagos e do Chifre da África têm sido acusados em vários relatórios do Painel de Sanções da ONU de promover transferências de munição a grupos armados em Estados vizinhos.

Uma outra fonte importante de munição de conflito é a munição ilegal que já está em circulação. A munição também pode ser adquirida através de sua captura por combatentes inimigos e através de emboscadas e ataques a transportes militares e depósitos de forças militares, policiais e de segurança.

Quadro 4: Violações de embargo e fluxos de munição à Somália

A Somália entrou em guerra civil em 1991 e enfrentou o colapso total das instituições do Estado. Isso contribuiu para mais de uma década de violência armada entre vários grupos competindo pelo poder em um ambiente sem lei. Diversos civis foram mortos ou feridos porque foram atingidos por conflitos armados ou porque foram deliberadamente alvejados. Após diversas iniciativas para lançar um processo de paz, formou-se em 2004 um Governo Federal Transitório com a esperança de promover a volta da segurança e domínio da lei.

Conflitos armados entre clãs, sub-clãs, milícias e outros grupos armados continuam em diversas regiões. A violência política, inclusive assassinatos planejados e ataques a trabalhadores humanitários, também persistem.⁵¹ O comércio das Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves (APPAL) e sua munição alimentam essa violência armada – apesar do embargo da ONU que foi imposto em 1992.

Funcionamento do mercado negro da Somália

Um Painel de Especialistas da ONU que se reuniu em 2003 para monitorar e investigar as violações do embargo da ONU revelou “um quadro inquietante de um fluxo constante de pequenas quantidades de armas e munição que alimentam os mercados de armas abertos locais e os depósitos de líderes de facção na Somália”.⁵² Quando as APPAL e munição chegaram nas fronteiras da Somália, elas foram redistribuídas por mercadores de armas locais a grupos armados dentro da Somália. As armas e munição freqüentemente originaram-se ou passaram por países vizinhos ou próximos à região do Chifre da África e Oriente Médio.⁵³ Houveram, por exemplo, transferências quase diárias em pequenos barcos

comercializando entre o Iêmen e a Somália em 2003. Juntas, essas transferências totalizaram toneladas de APPAL e munição.⁵⁴ Há relatos de que elas continuam a acontecer.⁵⁵ Isso mostra que fluxos comerciais ilegais não precisam incluir o embarque de grandes quantidades de equipamentos militares em um dado momento para ter um efeito altamente desestabilizador na segurança.

A munição tem um papel importante no mercado de armas da Somália. Isso ocorre porque as APPAL já se encontram amplamente disponíveis e grupos armados, portanto, “exigem acesso constante à munição ao invés de armas”. A intensidade dos conflitos armados parece apenas limitada “por uma relutância geral em se sofrer baixas e pelo custo da munição”.⁵⁶

Na Somália, a munição de 7.62mm do tipo soviético é vendida entre \$0.5–0.7. O preço também depende do tipo do calibre em particular. Em 2005, por exemplo, um cartucho de munição 5.56mm do tipo ocidental para o fuzil de assalto M16 americano custava entre \$1–1.3 no mercado negro de Mogadishu na Somália. O preço de munição de 7.62mm do tipo ocidental para o fuzil de assalto G3 alemão variava entre \$0.4–0.9 por cartucho.⁵⁷ Em maio de 2006, o preço da munição alcançou um recorde de \$1.50 por cartucho, devido a uma recente explosão no conflito.⁵⁸ Há relatos de que os preços de todas as categorias de munição na Somália aumentam de repente quando senhores da guerra armazenam munição em antecipação a grandes conflitos armados, gerando lucros consideráveis para os comerciantes de armas.⁵⁹

Investigações sobre fluxos de munição ilícitos podem às vezes identificar possíveis fontes, rotas comerciais e pessoas suspeitas de envolvimento em transferências ilícitas. Além disso, a munição ilícita é frequentemente recuperada nas cenas de violência armada e programas de coleta pós-conflito. As informações marcadas nessa munição podem ajudar na identificação e combate de fluxos ilícitos. Contudo, raramente é possível acompanhar sistematicamente a munição ilícita com detalhes suficientes para fornecer as provas necessárias para obter sanções políticas ou acusações legais. Isto ocorre porque não existem padrões globais que obriguem os Estados a marcar adequadamente a munição e a manter registros precisos de suas transferências.

Em 2004, a campanha Controle de Armas apresentou um relato sobre diversos cartuchos de munição que foram recuperados no local do massacre de mais de 150 refugiados desarmados em agosto de 2004 no campo de trânsito de Gatumba em Burundi. As marcas nos cartuchos permitiram a identificação de seus respectivos países e anos de produção (Bulgária, 1995; China, 1998 e Sérvia, 1999). Contudo, os cartuchos não apresentavam marcas adicionais que teriam permitido distinguir entre estes cartuchos em particular outros que foram produzidos pelos produtores nos mesmos anos. Não foi possível, portanto, conectar os cartuchos com as transferências, destinatários, comerciantes e agentes de transporte específicos, para se identificar como eles acabaram sendo usados em uma clara violação à lei internacional.⁶⁰ Vale a pena observar que alguns Estados, inclusive o Brasil, possuem regulamentos em vigor que determinam a marcação e manutenção de registro que permitem a identificação confiável de munição de armas de pequeno porte produzida por agentes do Estado (veja abaixo).⁶¹

Disponibilidade de munição e mortes de civis

O fornecimento de munição tem um impacto na capacidade dos combatentes de engajar-se em hostilidades. A escassez de balas pode reduzir ou até mesmo acabar com o conflito totalmente, sugerindo que o controle do fornecimento de munição pode até mesmo ser mais crucial do que o próprio controle de armas. Na República Africana

Central, por exemplo, sabe-se que os combatentes estão jogando fora suas armas pois não conseguem comprar as balas corretas para elas.⁶²

Em Mali, durante a rebelião de 1990–96, a escassez de munição de armas de pequeno porte forçou os combatentes a colocar seus fuzis de assalto no modo disparo-único. O resultado foi um número menor de mortes e ferimentos de civis associado com formas mais indiscriminadas de disparo.⁶³

Na Libéria, milhares de civis foram pegos no meio do fogo cruzado durante três ondas de ataques na cidade de Monróvia em junho–julho de 2003.⁶⁴ No final de junho de 2003, a munição das forças acabou-se, inclusive os cartuchos de morteiros, e elas foram obrigadas a retirar-se. Mas ao receberem novos fornecimentos em julho, a ofensiva foi renovada. Os disparos de morteiros indiscriminados na Monróvia central foram especialmente intensos e embora não tenha sido a única causa do sofrimento de civis, tal fato contribuiu para diversas mortes. A disponibilidade imediata de novos fornecimentos de munição estava diretamente conectada com a capacidade de engajar-se em hostilidades e a conseqüente perda de civis.

O que está sendo feito aos níveis multilateral e nacional?

O Programa de Ação da ONU de 2001 sobre Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves (APPAL) não incluiu nenhuma questão quanto ao tráfico ilícito e uso inadequado da munição de APPAL.⁶⁵ Em dezembro de 2005, a ONU introduziu um instrumento politicamente obrigatório para permitir que os Estados identifiquem e sigam pistas de APPAL ilícitas.⁶⁶ Apesar do amplo apoio para que esse acordo incluísse munição e fosse legalmente obrigatório, alguns Estados impediram o acordo sobre essas questões cruciais – especialmente os EUA, Egito e Irã, que se opuseram a um acordo legalmente obrigatório e à inclusão da munição.⁶⁷

O Protocolo da ONU de 2001, legalmente obrigatório contra o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo e Munição, estipula que os Estados adotem legislação nacional que torne o tráfico ilícito de munição um crime e estabeleçam sistemas efetivos de exportação, importação e de trânsito de munição. Contudo, o Protocolo da ONU apenas se aplica a transferências comerciais e explicitamente exclui transações de Estado para Estado e transferências feitas por Estados para fins de segurança nacional. Existem padrões similares em acordos legalmente obrigatórios sobre o controle de armas de fogo e munição nas Américas (1997) e no sul da África (2001).⁶⁸ A munição também é incluída nos objetivos do Código de Conduta da UE de 1998 sobre Exportações de Armas (mas isto permanece apenas politicamente obrigatório).⁶⁹

Outros instrumentos globais e regionais sobre controle de APPAL não conseguem em grande parte realizar provisões explícitas para o controle de munição. A única referência feita à munição no Documento sobre APPAL de 2000 da Organização para Segurança e Cooperação na Europa é a sugestão de que os Estados ofereçam suporte financeiro e técnico para o descarte e destruição de munição confiscada ou coletada em situações pós-conflito.⁷⁰ O acordo de 2004 feito pelos Estados na Região dos Grandes Lagos e do Chifre da África sobre o controle da APPAL expressa em seu preâmbulo a preocupação com o tráfico ilícito de munição. Contudo, ele não estipula nenhuma medida que os Estados deveriam tomar para combatê-lo.

É encorajador que alguns Estados estejam adotando medidas nacionais para fortalecer os controles domésticos. Um exemplo é o Brasil, que adotou uma legislação em 2003 e

2004 que requer que toda quantidade igual ou inferior a 10.000 cartuchos de munição de armas de pequeno porte para forças militares, de polícia e de segurança seja marcada pelo produtor com um código que seja específico ao pedido e ao usuário final da munição. Além disso, os produtores são solicitados a manter registros que permitam a identificação confiável da força em questão e do depósito que esteja recebendo a munição.⁷¹ A nova legislação foi adotada devido a uma grande preocupação a respeito de desvios e vazamentos freqüentes de estoques do Estado. Isso significa que as autoridades do Estado podem reconstituir a rota da munição que foi desviada ou mal utilizada por algum membro de uma unidade da força militar, da força de polícia ou da força de segurança até a unidade específica da força. Esse pode ser um poderoso desincentivo ao uso inadequado da munição.

Os controles de munição permanecem inadequados em diversos Estados. Essa inadequação inclui a deficiência nos controles e padrões da produção, da posse, das transferências e da segurança do estoque de munição. Além disso, diferenças entre controles nacionais existentes criam lacunas que são exploradas pelos traficantes. Freqüentemente também pode haver implementação deficiente ou ausência de implementação desses controles. Os Estados do mundo em desenvolvimento podem não ter recursos humanos e financeiros para estabelecer um sistema nacional efetivo. De maneira crítica, diversos Estados parecem conceder uma baixa prioridade para garantir controles nacionais efetivos sobre a munição e políticas de transferência responsáveis.

Recomendações

Os controles atuais sobre munição de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves (APPAL) não conseguem limitar a ampla e fácil disponibilidade de munição que é mal utilizada em conflitos armados e outras violências armadas. Permanece também uma significativa falta de transparência no comércio de munição e aqueles responsáveis pelos desvios e usos inadequados freqüentemente agem com impunidade. Os Estados, conseqüentemente, estão falhando em utilizar totalmente o controle de munição como parte integral de seus esforços para combater o comércio ilícito de APPAL em todos os seus aspectos. As recomendações a seguir devem portanto ser tomadas como uma questão de urgência:

- A Conferência de Revisão da ONU para impedir e combater o comércio ilícito de APPAL em Nova York em junho/julho de 2006 deve definir orientações comuns sobre controles de transferência de APPAL, a serem implementadas em nível nacional com base nas responsabilidades existentes dos Estados sob a lei internacional. Em outubro de 2006, na Assembléia Geral da ONU, os governos devem concordar em negociar um novo Tratado de Comércio de Armas Internacional legalmente obrigatório (ATT em inglês), abrangendo todas as armas convencionais. Ambos acordos devem estar baseados em princípios fundamentais da lei internacional e proibir as transferências de armas e munição a usuários finais que provavelmente as utilizarão para cometer sérios abusos dos direitos humanos, graves violações da lei humanitária internacional, crimes contra a humanidade, genocídio, ou outros abusos graves, tais como apresentados nos Princípios Globais propostos pela Campanha de Controle de Armas (veja o Apêndice).
- Na Conferência de Revisão da ONU os Estados devem explicitamente afirmar que o comércio ilícito de munição das APPAL é parte integral dos desafios impostos pelo comércio ilícito de APPAL. Os Estados devem promover mais ações nas áreas

onde a munição de APPAL pode requerer atenção específica. Essas ações devem incluir o desenvolvimento de padrões mínimos comuns relativos à segurança de estoques de munição de APPAL, incentivando a destruição de estoques excedentes para evitar que a munição caia em mãos erradas e a provisão de financiamento dos doadores e capacidade técnica quando necessário para se alcançar isto.

- Os governos devem garantir que a munição seja especificamente incluída no processo de Marcação e Rastreamento da ONU na oportunidade mais próxima. Isso deve incluir o banimento de qualquer transferência de munição inadequadamente marcada. A marcação deve incluir os números do lote, código do fabricante, ano de fabricação e o tipo exato de munição. A marcação deve ser exigida para o empacotamento da munição e, quando possível, para o corpo da munição como a capa do cartucho. Todos os fabricantes e fornecedores devem ser solicitados a manter registros precisos de toda munição que eles transferem ou podem posteriormente retransferir a partir de seu território. Os sistemas de controle de exportação nacional, manutenção do registro e relatório devem ser alterados de acordo com esses padrões mínimos quando necessário.
- O desenvolvimento de padrões mínimos globais e regionais sobre controles de munição de APPAL deve ser complementado com controles nacionais fortalecidos sobre a produção, transferência, posse e uso das APPAL. Os Estados devem garantir altos padrões no gerenciamento e segurança do estoque. É crucial que haja mais esforços por parte dos Estados nessas áreas para se evitar que negociantes, traficantes e comerciantes desviem as milhões de toneladas de munição de APPAL já em estoque para o comércio ilegal, onde elas provavelmente alimentarão o conflito, destruirão o desenvolvimento sustentável e contribuirão para inúmeras violações de direitos humanos.

Apêndice: Princípios globais para transferências de armas

Resumo dos princípios globais para transferências de armas

Os Princípios a seguir reúnem as obrigações existentes dos Estados sob a legislação e padrões internacionais a respeito da transferência internacional de armas e são propostos por um grupo diversificado de organizações não-governamentais.⁷² Os Princípios refletem diversos instrumentos internacionais de naturezas diferentes: tratados universais, tratados regionais, declarações das Nações Unidas, organizações multilaterais ou regionais e regulamentos que pretendem ser um modelo para a legislação nacional, etc.

Alguns dos Princípios refletem leis sobre o tratado de terra consuetudinário, enquanto que outros refletem a legislação de desenvolvimento ou práticas adequadas que recebem ampla aceitação. Esta compilação sugere aos Estados as melhores regras gerais que podem ser adotadas para se estabelecer o controle efetivo de transferências internacionais de todas as armas convencionais de acordo com a lei e em reconhecimento ao direito dos Estados de legitimar a auto-defesa e a obrigação de cumprimento da lei de acordo com os padrões internacionais.

Princípio 1: Responsabilidades dos Estados

Todas as transferências internacionais de armas devem ser autorizadas por todos os Estados com jurisdição sobre qualquer parte da transferência (incluindo importação, exportação, trânsito, baldeação e comercialização) e realizadas de acordo com as leis e procedimentos nacionais que refletem as obrigações mínimas dos Estados sob a legislação internacional. A autorização de cada transferência deve ser concedida por encarregados designados do Estado por escrito apenas se a transferência em questão primeiramente se adequar aos Princípios apresentados abaixo neste instrumento, e não deve ser concedida se for provável que as armas serão desviadas desde o seu destinatário legal pretendido ou re-exportadas de forma contrária aos objetivos desses Princípios.

Princípio 2: Limitações expressas

Os Estados não devem autorizar as transferências internacionais de armas que violem suas obrigações expressas sob as leis internacionais. Essas obrigações incluem:

- A. Obrigações sob a Carta das Nações Unidas – incluindo:
 - a. Resoluções obrigatórias do Conselho de Segurança, tais como aquelas impondo embargos de armas;
 - b. a proibição do uso ou ameaça do uso de força;
 - c. a proibição da intervenção em assuntos internos de outro Estado.
- B. Qualquer outro tratado ou decisão sob o qual aquele Estado esteja obrigado, incluindo:

- a. Decisões sujeitantes, inclusive embargos, adotadas por organizações internacionais, multilaterais, regionais e sub-regionais das quais o Estado faça parte;
 - b. Proibições de transferências de armas que surjam em tratados em particular do qual o Estado faça parte, tais como a Convenção da ONU de 1980 sobre Proibições ou Restrições ao Uso de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas Excessivamente Danosas ou ter Efeitos Indiscriminados, e seus Protocolos, e a Convenção sobre Banimento de Minas Anti-pessoais de 1997.
- C. Princípios universalmente aceitos de leis humanitárias internacionais – incluindo:
- a. a proibição do uso de armas que sejam de natureza propensa a causar ferimentos supérfluos ou sofrimento desnecessário;
 - b. a proibição de armas que sejam incapazes de fazer a distinção entre combatentes e civis.

Princípio 3: Limitações baseadas no uso ou no uso provável

Os Estados não devem autorizar transferências internacionais de armas onde elas serão utilizadas ou provavelmente serão utilizadas para violar as leis internacionais, incluindo:

- A. lacunas na Carta da ONU e leis costumeiras relativas ao uso da força;
- B. violações graves das leis internacionais de direitos humanos;
- C. violação séria das leis humanitárias internacionais;
- D. atos de genocídio ou crimes contra a humanidade.

Princípio 4: Fatores a serem levados em conta

Os Estados devem levar em conta outros fatores, inclusive o uso provável das armas, antes de autorizar uma transferência de armas, incluindo o registro de conformidade do destinatário com os compromissos e transparência no campo da não-proliferação, controle de armas e desarmamento. Os Estados não devem autorizar a transferência se for provável que ela:

- A. seja utilizada para ataques terroristas ou para facilitá-los;
- B. seja utilizada para a prática de crimes violentos, crime organizado, ou para facilitá-los;
- C. afete adversamente a segurança ou estabilidade regional;
- D. afete adversamente o desenvolvimento sustentável;
- E. envolva práticas corruptas;
- F. entre em conflito com outros compromissos internacionais, regionais ou sub-regionais, decisões tomadas ou acordos de não-proliferação, controle de armas e desarmamento dos quais os Estados exportadores, importadores ou de trânsito façam parte.

Princípio 5: Transparência

Os Estados devem submeter relatórios anuais nacionais abrangentes sobre transferências de armas internacionais para um sistema de registro internacional, que publicará um relatório anual internacional resumido e abrangente. Tais relatórios devem abranger a transferência internacional de todas as armas convencionais, inclusive armas de pequeno porte e armamentos leves.

Princípio 6: Controles abrangentes

Os Estados estabelecerão padrões comuns para mecanismos específicos para controlar:

1. todas as importações e exportações de armas;
2. atividades de comércio de armas;
3. transferências da capacidade de produção de armas e
4. o trânsito e embarque de armas.

Os Estados devem estabelecer provisões operacionais para monitorar o cumprimento e procedimentos de revisão para fortalecer a implementação completa dos Princípios.

Notas

- ¹ Veja E. Berman (2005) 'Small Arms and Light Weapons in the Central African Republic', documento não publicado citado no Small Arms Survey, 2005 p. 9.
- ² A munição de armas de pequeno porte militares é definida como abrangendo pistolas, metralhadoras de mão, rifles e armas de assalto e metralhadoras operadas por tripulação que variam de 5.5x15mm até 14.5x114mm calibre – veja Forcast International Ordnance and Munitions Forecast 2005.
- ³ Small Arms Survey (2005) *Small Arms Survey 2005: Weapons at War*, Oxford: Oxford University Press, p. 13.
- ⁴ Small Arms Survey (2003) *Small Arms Survey 2003: Development Denied*, Oxford: Oxford University Press, p. 13.
- ⁵ London Daily Telegraph (2006) 'US Sets Up £215m Deal For Afghan Arms – From Russia', 22 de maio.
- ⁶ Baseado em estimativas de 20 centavos por cartucho, veja Small Arms Survey (2002) *Small Arms Survey 2002: Counting the Human Cost*, Oxford: Oxford University Press, p.14.
- ⁷ Small Arms Survey (2005), *op.cit.*, p. 14.
- ⁸ Alliant Techsystems Inc. (2005) 'Small-Caliber Ammunition', www.atk.com/ProductsSolutions/conventionalammo_smallcaliber.asp.
- ⁹ R. Stohl (1998), *Deadly Rounds: Ammunition and Armed Conflict*. Relatório de pesquisa 98.4. Londres e Washington DC: British American Security Information Council, p.29ff.
- ¹⁰ Small Arms Survey (2005), *op.cit.* Os membros da Comunidade de Estados Independentes são o Azerbaijão, Armênia, Belarus, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tajiquistão, Turquemenistão, Uzbequistão e Ucrânia.
- ¹¹ Veja Stohl (1998), *op.cit.*
- ¹² Veja Stohl (1998), *op.cit.*
- ¹³ Veja Stohl (1998), *op.cit.*
- ¹⁴ Veja Israel Military Industries Ltd, www.imisammo.com/scamp.htm.
- ¹⁵ H. Anders (2005) 'Exports of production equipment for ammunition: practices in Germany, France, and Belgium', Note d'analyse de Groupe de Recherche et d'Information sur la Paix et la Sécurité (GRIP), Brussels: GRIP, www.grip.org/bdg/g4577.html.
- ¹⁶ Veja Stohl (1998), *op.cit.*, p. 12.
- ¹⁷ Veja Stohl (1998), *op.cit.* p. 14.
- ¹⁸ Anistia Internacional (2004) *Undermining Global Security: the European Union's Arms Exports*, AI index: ACT 30/003/2004. Londres: Anistia Internacional, p. 34. [web.amnesty.org/library/pdf/ACT300032004ENGLISH/\\$File/ACT3000304.pdf](http://web.amnesty.org/library/pdf/ACT300032004ENGLISH/$File/ACT3000304.pdf).
- ¹⁹ Todos os dados desta e da próxima seção deste relatório sobre o valor das transferências autorizadas de munição de armas de pequeno porte em 2002–2004 foram calculados com base nas informações disponíveis contidas no banco de dados de acesso público da Norwegian Initiative on Small Arms Transfers (banco de dados da NISAT). Os dados foram extraídos no dia 26 de março de 2006. A análise é limitada aos dados sobre exportações autorizadas relatadas ou importações de munição de armas de pequeno porte (United Nations [UN] Comtrade category 930630) exceto os cartuchos de espingarda (UN Comtrade category 930621). A análise excluiu dados-espelho e dados sobre transferências autorizadas de granadas de mão e munição de armamentos leves. O banco de dados da NISAT encontra-se no endereço http://82.199.16.4/nisat1/PublicQuery_New.aspx.

-
- ²⁰ Banco de dados da NISAT, análise de dados disponíveis para a classificação de armas da PRIO '405-Munição-todas as categorias'.
- ²¹ Veja Stohl (1998), *op.cit.*, p. 12.
- ²² Banco de dados da NISAT, *op.cit.* Observe que não existem relatórios de importações ou exportações de munição de calibre militar para estes destinos.
- ²³ Banco de dados da NISAT. Os dados foram compilados com base em importações relatadas pelos países destinatários de munição de armas de pequeno porte da África do Sul.
- ²⁴ Os valores das exportações da França e China incluem a transferência de munição de armas de pequeno porte da França para a Costa do Marfim em 2003 e totalizam \$2.27 milhões, além de transferências da China à Namíbia em 2002 (total de \$930.000) e para o Zimbábue em 2004 (total de \$42.000). Essas transferências não foram relatadas como exportadas pela França e China, embora elas tenham sido informadas como transferidas pelos países importadores (veja o banco de dados da NISAT).
- ²⁵ O. Greene, S. Holt e A. Wilkinson (2005) 'Ammunition stocks: promoting safe and secure storage and disposal', *Biting the Bullet* briefing no. 18, p. 13, London: Biting the Bullet, www.international-alert.org/pdfs/btb_brf_18.pdf.
- ²⁶ Greene *et al.* (2005), *ibid.*, p. 13f.
- ²⁷ Informações fornecidas pela SEESAC, The South Eastern Europe Clearinghouse for the Control of Small Arms and Light Weapons, Maio de 2006.
- ²⁸ Anistia Internacional (2006) 'Dead on Time - arms transportation, brokering and the threat to human rights', Londres: Anistia Internacional, p. 105
- ²⁹ P. Holtom, H. Smith, B. Mariani, S. Rynn, L. Attree e J. Sokolová (2005) *Turning the Page: small arms and light weapons in Albania*. Londres: Saferworld. Veja também *Democratic Republic of Congo: arming the east* Relatório da Anistia Internacional, Julho de 2005, p. 6, <http://web.amnesty.org/library/Index/ENGAFR620062005?open&of=ENG-COD>
- ³⁰ Baseado em dados fornecidos pelo governo albanês e uma comparação em relação a faturas e documentação de embarque para negociações de armas comercializadas envolvendo balas albanesas para Ruanda.
- ³¹ Holtom *et al.* (2005) *op.cit.*, p. 6.
- ³² Holtom *et al.* (2005) *ibid.* p. 7, nota de rodapé 39.
- ³³ www.un.org/Docs/sc/committees/SierraLeone/sclet11952e.pdf
- ³⁴ Documentos fornecidos pela Transarms.
- ³⁵ Relatório do Painel de Especialistas da ONU sobre a Libéria, S/2002/1115, Outubro de 2002, parágrafo 83 e anexo VI.
- ³⁶ Website da BBC (2006), 'Violent Baghdad deaths top 6,000', 6 de junho de 2006.
- ³⁷ Los Angeles Times (2006), 'No Escaping Iraq Violence', 6 de junho de 2006.
- ³⁸ BBC Monitoring International Reports, 'Iraqi press highlights' 28 de fevereiro de 2006.
- ³⁹ BBC File on Four (2006), 'Iraq arms 'leaking to insurgents'', 23 de maio de 2006.
- ⁴⁰ A Oxfam gostaria de agradecer aos especialistas do National Firearms Centre por sua identificação e análise dessas caixas de cartuchos.
- ⁴¹ *Ibid.*
- ⁴² Fotografias de marcas de munição fornecidas à Oxfam.
- ⁴³ A condição impecável das caixas de cartucho indica transferência recente.
- ⁴⁴ O código do fabricante na caixa dos cartuchos indica a produção da Vypmel State Production Association, Território de Khabarovsk.
- ⁴⁵ Código de fabricante, 324, na caixa do cartucho indica fabricação romena.
- ⁴⁶ Anistia Internacional (2006), *op. cit.*, Capítulo 8.

-
- ⁴⁷ Veja Small arms Survey, como citado em:
<http://hei.unige.ch/sas/PressCoverage2004ybk/Finacial%20Times%201%20July%202004.pdf>
- ⁴⁸ Controle de Armas (2006) 'UN arms embargoes: an overview of the last ten years', Control Arms briefing note, London: Control Arms, 16 de março, www.controlarms.org/find_out_more/reports/UN-arms-embargoes-final-13306.pdf.
- ⁴⁹ Veja a Carta ao Secretário Geral da ONU, relatório sobre o embargo de armas sobre a Libéria, 24 de abril de 2003, S/2003/498.
- ⁵⁰ Control Arms (2006), *ibid.*, p. 3.
- ⁵¹ Conselho de Segurança da ONU (2006) 'Report of the Secretary-General on the Situation in Somalia', documento da ONU S/2006/122. Nova York: Nações Unidas, p. 5ff.
- ⁵² Conselho de Segurança da ONU (2003) *ibid.* 'Report of the Panel of Experts on Somalia pursuant to Security Council Resolution 1474', documento da ONU S/2003/1035. Nova York: Nações Unidas, p. 5.
- ⁵³ Conselho de Segurança da ONU (2003) *ibid.*
- ⁵⁴ Conselho de Segurança da ONU (2003) *ibid.*, p. 19.
- ⁵⁵ Conselho de Segurança da ONU (2006) *op.cit.*, p. 5.
- ⁵⁶ Conselho de Segurança da ONU (2003) *op.cit.*, p. 17.
- ⁵⁷ Veja SAACID Somalia (2006) *Year-on-year survey of small arms ammunition prices in Mogadishu*, Nairóbi: SAACID Somália, www.saacid.org/Weapon%20charts/ammunition%20data%20-%20year-on-year%20tracking%20chart%20-%20February%202006.htm.
- ⁵⁸ BBC News (2006) 'Key battle for Mogadishu resumes', Sexta-feira, 12 de maio, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/4764467.stm>
- ⁵⁹ Conselho de Segurança da ONU (2003) *ibid.*, p. 21.
- ⁶⁰ Veja Control Arms (2004) *Tracking Lethal Tools: marking and tracing arms and ammunition*, London: Control Arms, Dezembro, quadro 1, p. 6.f., www.controlarms.org/documents/mtfinaljan05.pdf.
- ⁶¹ H. Anders (2005) 'Scope for International Minimum Standards on Tracing Illicit APPAL Ammunition', Note d'analyse de GRIP, Brussels: GRIP, June, www.grip.org/bdg/g4575.html.
- ⁶² E. Berman (2005) *op.cit.*, p. 9.
- ⁶³ N. Florquin and E. G. Berman (2005): *Armed and Aimless: Armed Groups, Guns, and Human Security in the ECOWAS Region*, Small Arms Survey.
- ⁶⁴ 'Weapons Sanctions, Military Supplies, and Human Suffering: Illegal Arms Flows to Liberia and the June–July 2003 Shelling of Monrovia', Human Rights Watch Briefing Paper, November 3, 2003.
- ⁶⁵ Nações Unidas (2001) *UN Programme of Action to Prevent, Combat and Eradicate the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All Its Aspects (UN PoA)*. Documento da ONU A/CONF.192/15. Nova York: Nações Unidas, 21 de julho, <http://disarmament.un.org/cab/poa.html>.
- ⁶⁶ O texto do instrumento é impresso no anexo da Assembléia Geral da ONU (2005) *Report of the Open-ended Working Group to Negotiate an International Instrument to Enable States to Identify and Trace, in a Timely and Reliable Manner, Illicit APPAL*. Documento da ONU A/60/88. Nova York: ONU, 27 de junho, <http://disarmament.un.org/cab/oewg/Report.pdf>.
- ⁶⁷ Uma razão para essa oposição foi que, apesar da existência de marcas de carimbo em cada unidade individual de munição que identifica o ano ponto e o ano de fabricação, tendo em vista os elevados números transferidos foi considerado tecnicamente inviável rastrear as balas a partir de números de lotes individuais.
- ⁶⁸ Veja Organização dos Estados Americanos (OEA) (1997) *Inter-American Convention Against the Illicit Manufacturing of and Trafficking in Firearms, Ammunition, Explosives, and Other Related Materials* (Convenção da OEA sobre Armas de Fogo), Washington DC: OAS, 14 de

novembro, www.oas.org/juridico/English/treaties/a-63.html; e Southern African Development Community (SADC) (2001) *Protocol on the Control of Firearms, Ammunition and Other Related Materials in the SADC Region*, Blantyre, Malauí: SADC, 14 de agosto, www.iss.co.za/AF/RegOrg/unity_to_union/pdfs/sadc/3Protocol_on_Firearms.pdf.

⁶⁹ União Européia (UE) (1998) *European Union Code of Conduct on Arms Exports*, documento da UE 8675/2/98 REV 2, Bruxelas: UE, 5 de junho, <http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/08675r2en8.pdf>.

⁷⁰ Veja Organisation for Security and Cooperation in Europe (OSCE) (2000) *OSCE Document on Small Arms and Light Weapons*, Viena: OSCE, 24 de novembro, seção V, D.5, www.osce.org/documents/fsc/2000/11/1873_en.pdf.

⁷¹ Veja H. Anders (2005) *op.cit*

⁷² Este grupo de organizações não-governamentais inclui: Africa Peace Forum, Anistia Internacional, Arias Foundation, Caritas International, Friends Committee on National Legislation, Non-Violence International, IANSA, Oxfam International, Project Ploughshares, Saferworld, Schweitzer Institute, Sou da Paz, Viva Rio e WINAD. Consultores para SC são a Federation of American Scientists e o Lauterpacht Centre, Universidade de Cambridge. O grupo definiu consensualmente os Princípios como uma proposta coletiva.

© Oxfam International Junho de 2006

Este trabalho foi escrito por Holger Anders da GRIP, Bélgica. A Oxfam agradece à assistência de Oliver Sprague em sua produção. O trabalho faz parte de uma série de documentos escritos com o objetivo de contribuir para o debate público sobre questões humanitárias e de políticas de desenvolvimento.

Este trabalho pode ser usado gratuitamente para fins de defesa de direitos, campanhas, educação e pesquisa, desde que sua fonte seja citada integralmente. Os detentores dos direitos autorais requerem que todos os usos dessa natureza sejam registrados com eles para fins de avaliação de impacto. Para cópias em qualquer outra circunstância, para reutilização em outras publicações, para tradução ou adaptação, deve ser solicitada permissão e uma taxa pode ser cobrada. E-mail publish@oxfam.org.uk.

Para informações adicionais sobre as questões tratadas neste documento, por favor envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org.

A **Oxfam International** é uma confederação formada por doze organizações trabalhando juntas em mais de 100 países para encontrar soluções duradouras para a pobreza e injustiça: Oxfam América, Oxfam Austrália, Oxfam-na-Bélgica, Oxfam Canadá, Oxfam Alemanha, Oxfam Grã-Bretanha, Oxfam Hong Kong, Intermón Oxfam (Espanha), Oxfam Irlanda, Oxfam Nova Zelândia, Oxfam Novib (Países Baixos) e Oxfam Québec. Por favor ligue ou escreva para qualquer uma destas agências para obter informações adicionais ou visite www.oxfam.org.

<p>Oxfam América 26 West St., Boston, MA 02111-1206, EUA Tel: +1.617.482.1211 E-mail: info@oxfamamerica.org www.oxfamamerica.org</p>	<p>Oxfam Hong Kong 17/fl., China United Centre, 28 Marble Road, North Point, Hong Kong Tel: +852.2520.2525 E-mail: info@oxfam.org.hk www.oxfam.org.hk</p>
<p>Oxfam Austrália 156 George St., Fitzroy, Victoria 3065, Austrália Tel: +61.3.9289.9444 E-mail: enquire@oxfam.org.au www.oxfam.org.au</p>	<p>Intermón Oxfam (Espanha) Roger de Llúria 15, 08010, Barcelona, Espanha Tel: +34.902.330.331 E-mail: info@intermonoxfam.org www.intermonoxfam.org</p>
<p>Oxfam-na-Bélgica Rue des Quatre Vents 60, 1080 Bruxelas, Bélgica Tel: +32.2.501.6700 E-mail: oxfamsol@oxfamsol.be www.oxfamsol.be</p>	<p>Oxfam Irlanda Dublin Office, 9 Burgh Quay, Dublin 2, Irlanda Tel: +353.1.672.7662 Belfast Office, 115 North St, Belfast BT1 1ND, UK Tel: +44.28.9023.0220 E-mail: communications@oxfam.ie www.oxfamireland.org</p>
<p>Oxfam Canadá 250 City Centre Ave, Suite 400, Ottawa, Ontário, K1R 6K7, Canadá Tel: +1.613.237.5236 E-mail: info@oxfam.ca www.oxfam.ca</p>	<p>Oxfam Nova Zelândia PO Box 68357, Auckland 1032, Nova Zelândia Tel: +64.9.355.6500 (Toll-free 0800 400 666) E-mail: oxfam@oxfam.org.nz www.oxfam.org.nz</p>
<p>Oxfam Alemanha Greifswalder Str. 33a, 10405 Berlim, Alemanha Tel: +49.30.428.50621 E-mail: info@oxfam.de www.oxfam.de</p>	<p>Oxfam Novib (Países Baixos) Mauritskade 9, Postbus 30919, 2500 GX, The Hague, Holanda Tel: +31.70.342.1621 E-mail: info@oxfamnovib.nl www.oxfamnovib.nl</p>
<p>Oxfam Grã-Bretanha Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK Tel: +44.(0)1865.473727 E-mail: enquiries@oxfam.org.uk www.oxfam.org.uk</p>	<p>Oxfam Québec 2330 rue Notre Dame Ouest, bureau 200, Montreal, Quebec, H3J 2Y2, Canadá Tel: +1.514.937.1614 E-mail: info@oxfam.qc.ca www.oxfam.qc.ca</p>

Secretaria da Oxfam International: Suite 20, 266 Banbury Road, Oxford, OX2 7DL, UK
Tel: +44.(0)1865.339100. E-mail: information@oxfaminternational.org. Web site: www.oxfam.org

Escritórios de defesa de direitos da Oxfam International:

Washington: 1100 15th St., NW, Ste. 600, Washington, DC 20005, EUA

Tel: +1.202.496.1170. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

Bruxelas: 22 rue de Commerce, 1000 Bruxelas, Bélgica

Tel: +322.502.0391. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

Genebra: 15 rue des Savoises, 1205 Genebra, Suíça

Tel: +41.22.321.2371. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

Nova York: 355 Lexington Avenue, 3rd Floor, New York, NY 10017, EUA

Tel: +1.212.687.2091. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

Organizações da Oxfam Vinculadas:

As organizações a seguir estão vinculadas à Oxfam International:

Oxfam Japão Maruko bldg. 2F, 1-20-6, Higashi-Ueno, Taito-ku, Tokyo 110-0015, Japão

Tel: + 81.3.3834.1556. E-mail: info@oxfam.jp Web site: www.oxfam.jp

Oxfam Índia B55, First Floor, Shivalik, Nova Délhi, 1100-17, Índia

Tel: + 91.11.26693 763. E-mail: info@oxfamint.org.in Web site: www.oxfamint.org.in

Membros observadores da Oxfam:

As organizações a seguir são atualmente membros observadores da Oxfam International, trabalhando em direção a uma possível afiliação completa:

Agir ici (França) 104 Rue Oberkampf, 75011 Paris, França

Tel: + 33.1.56.98.24.40. E-mail: agirici@agirici.org Web site: www.agirici.org

Fundación Rostros y Voces (México) Alabama No. 105 (esquina con Missouri), Col. Nápoles, C.P. 03810 México, D.F.

Tel/Fax: + 52.55.687.3002. E-mail: correos@rostrosyvoces.org Web site: www.rostrosyvoces.org